

Brasil prorroga o curto prazo

O acordo dura 60 dias e foi fechado terça em Miami

O presidente do Banco Central, Francisco Gros, enviou ontem à noite telex com o pedido aos bancos credores para que referendem a prorrogação informal, por 60 dias, dos US\$ 15 bilhões em créditos de curto prazo, conforme acordo da véspera, em Miami, nos Estados Unidos, com o coordenador do comitê renegociador da dívida brasileira e vice-presidente do Citibank, o maior credor individual do País, William Rhodes.

Para o presidente do BC não constitui fato preocupante a obtenção de 60 dias de prorrogação em vez dos 90 dias que normalmente têm sido concedidos pelos credores. Quanto à aprovação da reivindicação feita pelo Governo brasileiro, Gros ressaltou que não deverá ser atendida de pronto por ser necessário contatar cerca de 700 bancos e esperar a resposta dos mesmos.

A aprovação da reivindicação, entretanto, é esperada com tranquilidade, destacou o presidente do BC, por se tratar de uma questão de bom senso, pois são os créditos de curto prazo que permitem ao País manter o pagamento dos seus compromissos externos, financiando as

exportações e importações brasileiras. Caso não obtenha os recursos poderão surgir dificuldades para ambos os lados.

O presidente do BC não quis estender-se em maiores comentários sobre a proposta feita pelos credores de o País pagar uma parte dos juros da dívida externa vencidos após a suspensão do pagamento em 20 de fevereiro último. As negociações com os bancos prosseguirão em busca de uma saída satisfatória, mas o objetivo do Governo é ter aprovado um programa econômico de médio e longo prazos que permita a manutenção do crescimento, condição única capaz de manter saudáveis as relações com o comércio e o mercado financeiro internacionais, finalizo. Não disse sim nem não se o País atenderá a reivindicação de curíssimo prazo de pagamento dos juros vencidos depois da decretação da moratória.

Gros chegou a Brasília, ao meio-dia de ontem, de retorno da assembléia de governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A prorrogação dos créditos comerciais e interbancários abre

espaço para o Brasil montar o seu novo programa de ajuste econômico, antes de retomar as negociações para a rolagem da dívida de médio e longo prazos.

O Banco Central divulgou ontem dados que apontam o início do estrangulamento cambial brasileiro em outubro do ano passado. Com a habitual defasagem de seis meses, o Banco Central tornou público o fluxo de capitais estrangeiros em outubro de 1986, quando o País já convivia com o fracasso do Plano Cruzado e o superávit mensal da balança comercial caía para o nível dramático de US\$ 210 milhões (depois, seguiu em queda).

Naquele mês, apenas um único brasileiro, o Banco do Brasil, conseguiu contratar operação externa, de ínfimos US\$ 4 milhões, junto ao First Pennsylvania Bank, dos Estados Unidos. A Siderbrás rolou dívida de US\$ 48,7 milhões junto ao consórcio de bancos liderado pelo Bankers Trust, também dos Estados Unidos. Para aliviar o quadro cambial, a União conseguiu US\$ 241 milhões do Banco Mundial, em outubro do ano passado.